



PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 14ª Legislatura

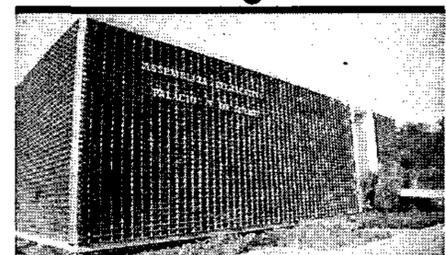
Presidente: Vanderlei Macris

1º Vice-Presidente: Sidney Beraldo
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto

1º Secretário: Roberto Gouveia
2º Secretário: Paschoal Thomeu

3º Secretário: Roque Barbieri
4º Secretário: Eduardo Solfur

Poder Legislativo



Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, nº 201 - CEP: 04097-900
Ibirapuera - F: 886-6122
<http://www.al.sp.gov.br>

<http://www.imesp.com.br>

Volume 109 • Número 197 • São Paulo, sábado, 16 de outubro de 1999

LEIS

Lei n.º 10.083, de 23 de Setembro de 1998

Partes vetadas pelo Senhor Governador do Estado e mantidas pela Assembléia Legislativa, do projeto que se transformou na Lei n.º 10.083, de 23 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA: Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8º, da Constituição do Estado, os seguintes dispositivos da Lei n.º 10.083, de 23 de setembro de 1998, da qual passam a fazer parte integrante:

Artigo 63 -

§ 3º - As normas técnicas serão elaboradas ou revistas com base em Grupos de Trabalho compostos por:

1 - técnicos dos diversos órgãos envolvidos;
2 - representantes das Universidades Públicas do Estado; e

3 - organizações da sociedade civil afins às questões tratadas, em especial:

a) os Sindicatos;
b) entidades profissionais ou de caráter técnico-científico; e
c) entidades representativas da população em geral.

§ 4º - O resultado deste trabalho deverá ser divulgado previamente, apresentado e debatido em audiências públicas amplamente divulgadas e, uma vez incorporadas eventuais sugestões, aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde, constituindo este processo pré-requisito indispensável para sua regulamentação oficial pelo Poder Público.

§ 5º - As organizações da sociedade civil, as entidades e os movimentos representativos da população em geral, previstos no § 3º deste artigo, serão indicados pelo Conselho Estadual de Saúde.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1999.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente
Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1999.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

ATOS

Ato n.º 45 de 1999

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação do Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal, nomeia os Deputados Terezinha da Paulina, Eli Corrêa Filho e Caldini Crespo, membros substitutos das Comissões de Saúde e Higiene, de Assuntos Municipais e de Administração Pública, respectivamente, em virtude das vagas surgidas com a mudança de Partido do Deputado Junji Abe (artigo 27, § 4.º "in fine", da IX CRI).

Assembléia Legislativa, em 15 de outubro de 1999.

a) Vanderlei Macris - Presidente

SUMÁRIO

Leis	1
Atos	1
Ordem do Dia	1
Pauta	1
Oradores Inscritos	2
Expediente	2
Atos Administrativos	6
Comissões	7
Debates	8
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	17

TRIBUNAL DE CONTAS

Este caderno, com 24 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

ORDEM DO DIA

18 DE OUTUBRO DE 1999
124ª SESSÃO ORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 38, de 1997, (Autógrafo n.º 23868), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, instituindo Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

2- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 200, de 1995, (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 321, de 1995, (Autógrafo n.º 23826), vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre promoção de Praças da Polícia Militar. Parecer n.º 187, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 521, de 1995, (Autógrafo n.º 24254), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Zico Prado, dispondo sobre a criação do "Bilhete Único Metropolitano Regionalizado". Parecer n.º 361, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 798, de 1995, (Autógrafo n.º 23466), vetado totalmente, apresentado pela deputada Mariângela Duarte, regulamentando o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer n.º 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 426, de 1996, (Autógrafo n.º 23572), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, instituindo o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar. Parecer n.º 993, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto aos §§ 1º e 6º do artigo 1º, aos incisos VI, VII, VIII, X e XII do artigo 2º, ao artigo 3º e contrário ao projeto quanto às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 486, de 1996, (Autógrafo n.º 24069), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nivaldo Santana, autorizando o Governo Estadual a conceder anistia aos servidores públicos que tenham sido demitidos por atividades profissionais paralisadas em virtude de decisão de seus trabalhadores. Parecer n.º 1542, de 1998, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 710, de 1996, (Autógrafo n.º 23980), vetado parcialmente, apresentado pela Comissão do Meio Ambiente, autorizando o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água, superficiais e subterrâneos, do domínio do Estado. Pareceres n.ºs 1361 e 1362, de 1998, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 85, de 1997, (Autógrafo n.º 24368), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo de Barros Filho, dispondo sobre as condições para contratos de limpeza do Estado com terceiros. Parecer n.º 1061, de 1999, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 123, de 1997, (Autógrafo n.º 24066), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rafael Silva, dispondo sobre a reserva de sete por cento dos imóveis populares para serem comercializados com deficientes ou com familiares de portadores de deficiência. Parecer n.º 1522, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 150, de 1997, (Autógrafo n.º 23765), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre as diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado. Parecer n.º 93, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 279, de 1997, (Autógrafo n.º 24366), vetado totalmente, apresentado pela deputada Maria Lúcia Prandi, dispondo sobre a instituição do serviço telefônico "Disque Abuso Infantil". Parecer n.º 934, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 393, de 1997, (Autógrafo n.º 24273), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, autorizando o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, o Programa de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto, Roubo e Desvio de Cargas - Procarga. Parecer n.º 359, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 546, de 1997, (Autógrafo n.º 24277), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, dispondo sobre direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado. Parecer n.º 371, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer n.º 372, de 1999, de relator especial pela Comissão de Saúde, favorável ao projeto em relação ao inciso X do artigo 2º às expressões que especifica, constantes do inciso XVII do mesmo artigo, aos artigos 3º, 4º e 5º e contrário ao projeto quanto às expressões destacadas do inciso XVII do artigo 2º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 553, de 1997, (Autógrafo n.º 24205), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, autorizando o Poder Executivo a vincular, por substituição e reposição, sem ônus, áreas localizadas no mesmo Município e de igual metragem, indevidamente ocupadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 598, de 1997, (Autógrafo n.º 24229), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Baccarin, dispondo sobre a elaboração e comercialização de produtos comestíveis artesanais de origem animal e vegetal no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 707, de 1997, (Autógrafo n.º 24250), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão, dispondo sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer n.º 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 724, de 1997, (Autógrafo n.º 24170), vetado totalmente, apresentado pela deputada Cecília Passarelli, autorizando a Secretaria Estadual da Saúde a distribuir seringas e agulhas descartáveis, aos portadores de diabetes. Parecer n.º 157, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19- Discussão e votação do Projeto de lei n.º 20, de 1998, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 102 emendas e 2 substitutivos. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

20- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 45, de 1998, (Autógrafo n.º 24056), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, estabelecendo critérios para o repasse dos impostos estaduais para os municípios enquadrados nas disposições das Leis 898/75 e 1172/76. Parecer n.º 1461, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 143, de 1998, (Autógrafo n.º 24367), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nivaldo Santana, instituindo o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer n.º 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 220, de 1998, (Autógrafo n.º 24362), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Cesar Callegari, dispondo sobre a criação do "Passe Pedágio". Parecer n.º 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 416, de 1998, (Autógrafo n.º 24356), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Edmir Chedid, implantando o "Campus" Universitário de Bragança Paulista, vinculado à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp. Parecer n.º 712, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 485, de 1998, (Autógrafo n.º 24243), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 7645, de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. Parecer n.º 134, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25- Discussão e votação do Projeto de lei n.º 238, de 1999, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, precedida de avaliação e de certame licitatório, imóveis que especifica. Com 3 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

PAUTA

18 DE OUTUBRO DE 1999
124ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) Sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 3, parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1- Projeto de lei n.º 855, de 1999, apresentado pelo deputado Carlos Sampaio, dispondo sobre a inclusão da disciplina "Introdução à Cidadania", no ensino fundamental das escolas da rede estadual de ensino.

2- Projeto de lei n.º 856, de 1999, apresentado pela deputada Terezinha da Paulina, transformando em estância turística o Município de Apiaí.

3- Projeto de lei n.º 857, de 1999, apresentado pelo deputado Pedro Tobias, dando a denominação de "Doutor Roberto Carlos Ilhesca" à Delegacia de Polícia de Piratininga, naquele Município.

4- Projeto de lei n.º 858, de 1999, apresentado pelo deputado Peterson Prado, alterando dispositivos da Lei n.º 10321, de 1999, que criou o "Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego".

5- Projeto de lei n.º 859, de 1999, apresentado pelo deputado Geraldo Vinholi, tornando obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro em todos os eventos esportivos.

6- Projeto de lei n.º 860, de 1999, apresentado pelo deputado Roberto Engler, declarando de utilidade pública a "Casa Maternal São Francisco de Assis", em Franca.

7- Moção n.º 250, de 1999, apresentada pelo deputado Caldini Crespo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de viabilizar programas amplos e conscientes para a renovação da frota de caminhões e ônibus no País.

8- Moção n.º 251, de 1999, apresentada pelo deputado Roberto Moraes, apelando para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no sentido de apressarem a deliberação do Projeto de lei Complementar que regulamentará o período para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

2ª Sessão

1- Projeto de lei n.º 849, de 1999, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, proibindo o contato físico de presidiários com visitantes e advogados.

2- Projeto de lei n.º 850, de 1999, apresentado pela deputada Maria do Carmo Plunzi, declarando de utilidade pública a "Associação das Mães de Araçoiaba da Serra", naquele Município.

3- Projeto de lei n.º 851, de 1999, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, instituindo os Conselhos Gestores nas unidades de saúde prestadoras de assistência vinculadas ao Sistema Único de Saúde.

4- Projeto de lei n.º 852, de 1999, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, autorizando o Governo do Estado a realizar convênio com as universidades estaduais públicas e particulares para a utilização de alunos como educadores voluntários.

5- Projeto de lei n.º 853, de 1999, apresentado pelo deputado Campos Machado, dando a denominação de "Profª Maria Bernadete Fernandes Rodrigues" à Escola Estadual de 1º Grau. (R) de Ribeirão da Várzea, em Itapirapuã Paulista.

6- Projeto de lei n.º 854, de 1999, apresentado pelo deputado Antonio Salim Curiai, dando a denominação de "João Jorge Saad" ao Aeroporto Internacional de Guarulhos.

3ª Sessão

1- Projeto de resolução n.º 41, de 1999, apresentado pelo deputado Carlinhos Almeida, acrescentando dispositivos à Resolução n.º 576, de 1970, que dispõe sobre as sessões da Assembléia Legislativa.

2- Projeto de lei n.º 844, de 1999, apresentado pelo deputado José de Filippi, estabelecendo critérios para a instalação e cobrança de pedágios em rodovias paulistas que passam pela Região Metropolitana da Grande São Paulo.

3- Projeto de lei n.º 845, de 1999, apresentado pelo deputado Wadih Helú, dando a denominação de "Anuar Pachá" ao Conjunto Esportivo de Catanduva, naquele Município.

4- Projeto de lei n.º 846, de 1999, apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, autorizando o Poder Executivo a estabelecer na Loteria Estadual de São Paulo a "Loteria do Esporte".

5- Projeto de lei n.º 847, de 1999, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, alterando dispositivos do artigo 11 da Lei n.º 4186, de 1984, que estabelece critérios de nomeação do Diretor-Presidente da Fundação Pró-Sangue - Hemocentro de São Paulo.

6- Projeto de lei n.º 848, de 1999, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda precedida de avaliação e certame licitatório, os imóveis que especifica.

7- Moção n.º 247, de 1999, apresentada pelo deputado Carlinhos Almeida, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de reajustar a tabela de pagamento dos procedimentos médicos realizados através do Sistema Único de Saúde (SUS).